



2016 DECLARAÇÃO DA CALRE

Varese, 25 de Novembro de 2016

Assembleia Plenária

A Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias reconhece as dificuldades que a Europa atravessa. Em face do inevitável processo de renovação da União Europeia, a CALRE reafirma e **continua a apoiar** uma visão multi-nível da experiência comunitária, a ideia de uma Europa construída da base ao topo, a partir da promoção das diferenças que representam o património necessário ao desenvolvimento de prolíficas relações da União Europeia com o resto do mundo.

É necessário trazer de volta a questão de um novo e ressuscitado “**regionalismo Europeu**” no debate Comunitário, que coloque seriamente as regiões em primeiro lugar, mas também os territórios, as regiões Europeias e as macro-regiões, de acordo com as várias peculiaridades institucionais presentes nos vários Estados e regiões Europeias, protagonistas de um caminho democrático comum de crescimento e de desenvolvimento.

A CALRE considera necessário basear esta visão em alguns dos princípios fundamentais da sua *missão*: o valor do indivíduo e da comunidade, a subsidiariedade, a proporcionalidade, a liberdade e a democracia representativa; sem esquecer os princípios de igualdade e de solidariedade presentes no espírito do projeto comum Europeu. Princípios, graças aos quais, é possível enfrentar um processo de reconciliação mais eficaz e eficiente dos cidadãos e dos territórios das instituições Europeias e da recuperação do valor original do projeto político Europeu.

Conforme afirmado na Declaração de Milão em 2015, de facto, “*A CALRE representa o lugar onde os territórios e as comunidades plurais, com diferentes características e experiências, mas igualmente comprometidos em dar um novo impulso à integração política Europeia, estão representados, com o objetivo de continuar a garantir um futuro pacífico e próspero*”.

O desafio contínuo dentro da União Europeia

Estamos a testemunhar a persistência de um dos períodos mais complexos na vida da União Europeia e, particularmente, 2016 será lembrado como o ano decisivo dos principais desafios e eventos históricos dramáticos a nível global e Europeu:

- **Brexit:** Pela primeira vez na história do projeto Europeu, um Estado Membro, o Reino Unido, optou por empreender o caminho de saída da União. Esta escolha, ditada pela vontade do povo expressa através de um referendo, mostrou decisivamente uma brecha entre os cidadãos do reino Unido e as instituições Europeias. Este referendo mostrou que o processo de construção e manutenção do projeto Europeu não pode realizar-se sem o consentimento e consciencialização dos cidadãos Europeus em relação às políticas Comunitárias. O desejo comum da cidadania Europeia e dos territórios é de facto, serem participantes ativos, conscientes das políticas da UE e não apenas destinatários finais passivos. Referimo-nos neste contexto ao conteúdo da resolução Brexit adotada na Assembleia Plenária.

Deverá ser feita uma referência especial relativamente à situação Brexit na Comunidade Autónoma de Andaluzia (Espanha), que partilha a fronteira com o território Britânico de Gibraltar. A CALRE defende o diálogo para alcançar um entendimento comum face a esta situação particular com que ambos os territórios se deparam, tal como os cidadãos Espanhóis e Britânicos a residir e trabalhar nos dois lados da fronteira, após a conclusão da saída do Reino Unido da União Europeia.

O desafio da imigração:

Tendo em vista o desafio da imigração e movimento de refugiados para a Europa, a CALRE apela à reflexão e à vontade determinada por parte da União Europeia para alcançar uma união mais social e alicerçada na solidariedade, capaz de oferecer uma solução melhor e mais adequada ao fenómeno.

A CALRE expressa a necessidade imperativa para que a UE aja nos países de origem de modo a melhorar as condições de vida das pessoas o mais possível, para que estas não tenham que se colocar em risco para um futuro melhor.

A CALRE, enquanto lamenta o desaparecimento de 10,000 refugiados menores, manifesta a sua mais profunda preocupação com os menores não acompanhados que estão a chegar ao território da União Europeia e exige que sejam tratados como menores de modo a receberem o tratamento adequado a essa condição.

A par da crise económica que está ainda a decorrer, a União Europeia tem que enfrentar o que as Nações Unidas descrevem como "*a maior crise de refugiados e deslocados do nosso tempo*". Várias vozes ergueram-se pela Europa fora solicitando uma reforma do III Regulamento de Dublin; no entanto, a cimeira extraordinária informal dos 27 Estados-Membros da União Europeia, realizada em Bratislava em Setembro de 2016, realçou de forma dramática a falta de unidade que caracteriza a Europa em termos de gestão migratória de emergência, para a qual ainda se aguarda para que soluções efetivas sejam processadas, partilhadas e propostas.

Desde já, em alguns Estados Membros, é possível vislumbrar a firme vontade política de rejeitar o sistema de quotas de deslocalização estabelecido pela União.

A CALRE reconhece os esforços levados a efeito até ao momento e que incluem o encerramento da “Rota dos Balcãs”, bem como o acordo sobre refugiados alcançado entre a UE e a Turquia. A CALRE está igualmente convencida da necessidade de reforçar os meios para a Itália e Grécia, de modo a garantir a implementação consistente e efetiva do controlo das fronteiras externas pelos Estados Membros. Além do mais é vital lutar por acordos com os estados vizinhos da UE.

Igualmente a UE deverá demonstrar maior solidariedade através do apoio financeiro aos países terceiros que acolhem refugiados.

Neste contexto complexo, a CALRE reconhece a importância dos territórios como agentes-chave de acolhimento de migrantes e refugiados, através da prestação de serviços e alojamento e da gestão da segurança.

Isto significa que os poderes exclusivos dos Estados nacionais nesta matéria deverão estar sujeitos a uma maior descentralização da tomada de decisão para possibilitar que as políticas consequentes sejam aplicadas e implementadas pelas entidades sub-nacionais.

Nesta matéria, a CALRE congratula-se com a proposta Agenda Urbana apresentada pela Comissão Europeia em Agosto de 2016 que estabelece uma parceria a nível Europeu para a integração dos migrantes e dos refugiados. Por conseguinte, a CALRE, apela a uma ação diplomática mais eficaz a nível Europeu na perseguição do crime de tráfico de seres humanos, no controlo da imigração irregular e no cumprimento da Convenção de Genebra de 1951 relativa aos refugiados.

A este respeito, os nossos territórios deverão estar concentrados na proteção dos direitos humanos dos migrantes, evitando discursos de ódio e reforçando a inclusão social e o compromisso cívico, cuidando particularmente da igualdade de género atendendo que são as mulheres e as crianças as mais vulneráveis para cair nas redes de tráfico de seres humanos.

-O desafio do terrorismo: A Europa enfrenta o receio do terrorismo internacional que tem marcado e afetado a vida pública e o "modelo de coexistência" de cidadania Europeia. É por isso que a CALRE, tal como foi expresso na recente resolução adotada pelo Comité Permanente, espera que *"as instituições Europeias e a comunidade internacional promovam unanimemente ações diplomáticas de diálogo e de intervenção para cessar e combater o terrorismo, evitando mais dor, massacres e mortes, e promovam iniciativas para garantir que qualquer tipo de ativos económicos, financeiros ou formas de apoio estejam disponíveis aos grupos terroristas. As instituições Europeias e a comunidade internacional assumem, com unanimidade, ações diplomáticas comuns e*

partilhadas para prevenir e combater o terrorismo, promovendo simultaneamente a construção de pontes e a demolição de muros". Os Presidentes presentes nesta Conferência asseguram, assim, o compromisso de promover, nas assembleias regionais e sub-nacionais a que presidem, os valores da liberdade e democracia, da liberdade de expressão, da religião, do pluralismo cultural e da integração, enquanto dão seguimento à Agenda de Segurança da UE através de ações orientadas para uma Unidade de Segurança e para o reforço do controlo das fronteiras externas da UE.

Confrontada com a complexidade criada por essas circunstâncias, a União Europeia está a mostrar uma fragilidade alarmante e começou a demonstrar fissuras significativas tanto no equilíbrio das relações entre os Estados Membros como dentro dos mesmos. A tendência populista para defender exclusivamente interesses nacionais está a tornar-se cada vez mais generalizada e enraizada, longe do espírito e dos valores sobre os quais a União Europeia foi fundada. Agora, mais do que nunca, existe a verdadeira necessidade da União Europeia demonstrar visão, responsabilidade e liderança na resposta a estes desafios.

Atendendo a esta realidade, a CALRE apela aos valores que sustentam o projeto comum Europeu, aos princípios cardinais da sua missão, à construção de um projeto para o futuro.

Igualmente, e enquanto forma de dar resposta a este cenário complexo, a CALRE considera fundamental revitalizar a democracia representativa. Os países que sustentam o projeto comum Europeu são repositórios de uma longa e histórica luta para a consolidação dos direitos e liberdades, em particular daqueles inerentes ao seu próprio funcionamento democrático enquanto mecanismo para uma organização política e social justa, equitativa e equilibrada. Relativamente aos restantes desafios apontados na presente resolução, vislumbra-se um eixo transversal de como os sistemas de representação podem providenciar possíveis soluções.

A este respeito, é igualmente necessário salientar o papel dos representantes políticos dos órgãos legislativos e executivos nas várias esferas dos sistemas de governança europeias.

É essencial, de forma a reforçar e aprofundar a qualidade dos modelos democráticos, incrementar os elos de ligação simbólicos de representação dos valores e interesses clássicos da cidadania, de reavaliar o controlo efetivo da atividade pública através de mecanismos institucionais e incentivos a organizações políticas para a sua co-responsabilidade e promover uma cultura de colaboração e consenso de todas as partes envolvidas nas questões onde grandes maiorias políticas e sociais são necessárias para intensificar a implementação de medidas efetivas e inclusivas que possam proporcionar soluções a estes desafios.

- Desastres naturais

As alterações climáticas são a causa principal do incremento de desastres naturais na Europa e que se tornam cada vez mais frequentes e comuns.

Nos últimos anos a Itália tem sido atingida por severos abalos sísmicos cada vez mais frequentes, que afetaram diversas áreas, com repercussões sérias nas condições de vida, no ambiente natural e na economia.

Regiões, enquanto autoridades locais mais próximas das comunidades, estão a encarar problemas diários derivados a situações de emergência.

O risco de desastre natural não é um problema apenas da Itália como demonstrado pelo número de intervenções pelo Fundo de Solidariedade da EU (FSE) (71 no apoio a 24 Estados Membros) estabelecido pelo Regulamento (UE) nº 2012/2002.

Por esta razão, o risco de desastres naturais corresponde a um dos desafios que a União Europeia enfrenta; como demonstrado pelo estabelecimento do mecanismo de Proteção Civil da UE.

São muitas as ações da União Europeia nestas matérias: assumir a liderança no combate às alterações climáticas, apoiar comunidades locais para melhorar a capacidade de lidar com desastres naturais, não apenas durante uma emergência, mas através da implementação de medidas preventivas e maior flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, relativamente aos Estados afetados.

Por esta razão, a CALRE espera conseguir das Instituições Europeias, uma maior atenção na temática dos desastres naturais.

A CALRE e o estado da União, entre o presente e o futuro

De acordo com o espírito de "parceria global para o desenvolvimento" promovido pelas Nações Unidas e apoiado pela União Europeia, a CALRE está comprometida em apoiar o crescimento económico sustentável e uma distribuição de recursos partilhada e equitativa. A fim de garantir o bem-estar de todos os cidadãos Europeus, a CALRE sugere a necessidade de promover políticas sociais que permitam o pleno gozo dos direitos civis e sociais, consagrados nos tratados Europeus e no modelo de bem-estar social, promovendo uma maior integração numa perspetiva social.

Em termos do programa de trabalho da Comissão União Europeia, a CALRE considera essencial:

- Que o trabalho da Comissão deva continuar a expressar o seu compromisso de garantir o respeito do **princípio da subsidiariedade**, implementando uma abordagem política **integrada** e multi-nível e apela a um envolvimento acrescido das autoridades locais e regionais no processo de decisão Europeu. É necessário, de facto, que as autoridades regionais desenvolvam uma capacidade acrescida de programação e de execução das matérias da sua jurisdição, com o objetivo de construir uma real **governança Europeia**, fruto de uma verdadeira sinergia entre os níveis locais, nacionais e Europeus.
- As negociações recentes do CETA (Acordo de Comércio Livre entre o Canadá e a UE) demonstraram que no âmbito dos tratados mistos, as instituições Europeias deverão escutar mais a voz dos estados membros e das regiões titulares com poderes legislativos e respeitar a opinião de todas as autoridades.
- **Reiterando fortemente a essência da política de coesão na União Europeia**, que continua a ser a principal política de investimento na UE. Apoiar a criação de emprego, a **competitividade das empresas Europeias**, o crescimento **inteligente**, o desenvolvimento sustentável, a superação das barreiras estruturais e o **desenvolvimento de uma Europa policêntrica para a melhoria efetiva**

da qualidade de vida dos cidadãos de todas as regiões e cidades da União Europeia. A política de coesão é a expressão de uma verdadeira solidariedade Europeia e assegura um desenvolvimento harmonioso da UE como um todo. Uma política de coesão forte e eficaz **deverá continuar a abranger cada região no período pós 2020 e tornar-se** num pré-requisito para superar as armadilhas que se aguardam. É o setor das políticas que mais afeta a cidadania, pois promove projetos, inovação e desenvolvimento nos territórios, criando efeitos visíveis e garantindo assim, a compreensão dos efeitos positivos de pertencer a esta União Europeia. Estas são questões políticas das quais os cidadãos não estão suficientemente informados. É importante ultrapassar este distanciamento, e **explicar**, por um lado, **os benefícios da política de coesão** aos cidadãos Europeus, que são simultaneamente as vantagens de pertencer à União Europeia; e, por outro lado, dialogar com as instituições Europeias, primeira e essencialmente com a Comissão, sobre a necessidade de implementar esta política e, desta forma, o seu refinanciamento total, a sua utilidade a longo prazo e as prioridades identificadas com a mesma: governação, simplificação, territorialidade e flexibilidade.

- Expressando a sua preocupação à Comissão Europeia na apresentação da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP), que já atingiu os seus limites, em vez de uma revisão global que permitiria à União Europeia de encontrar soluções para os desafios que enfrenta e que garanta que o orçamento da UE foque as suas intervenções nas áreas de crescimento sustentável e na criação de postos de trabalho, com um forte valor acrescentado Europeu, pelo que é esperado que o próximo QFP dê um passo significativo em direção à modernização do orçamento da UE, de forma a permitir que a União responda a futuros desafios para além das novas prioridades que estão a surgir; a este respeito a cláusula da política de coesão da condição macroeconómica deveria ser reavaliada, de modo a evitar sanções aplicadas às regiões com desequilíbrios macroeconómicos, e garantir uma utilização adequada dos fundos Europeus nas regiões cumpridoras. A CALRE reconhece que a recuperação económica possa ser alcançada através de reformas dentro dos Estados Membros com respeito pelos requisitos do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. Apenas uma

política económica sensata e reformas estruturais dentro dos Estados Membros poderão criar uma situação económica favorável dentro da zona Euro.

- Que a Comissão e o Banco Europeu de Investimento (BEI) adotem diversas medidas destinadas a assegurar a complementaridade e o reforço entre o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimentos (FEEI) e outros programas financiados pela UE; Neste contexto, será portanto necessário envolver plenamente as autoridades locais e regionais, também através do Comité das Regiões, em implementar, monitorizar e avaliar o plano de investimento, particularmente relativo à promoção de plataformas de investimento e à análise do verdadeiro impacto dos FEEI na resolução da falta de investimento a nível regional e local.
- Simplificar e racionalizar os procedimentos a fim de reforçar e tornar mais eficaz o impacto dos programas dos FEEI, melhorando assim a sua implementação e adotar, sem demora, um certo número de medidas de simplificação para o período de programação atual;
- Desenvolver uma estratégia da União Europeia relativa aos desafios demográficos; relançando, *não apenas* o debate sobre o PIB e examinar a necessidade e oportunidade de desenvolver indicadores adicionais de desempenho económico, bem-estar e desenvolvimento sustentável; direcionando os esforços no sentido de eliminação do fosso nos transportes e conexões digitais transfronteiriças, transnacionais e inter-regionais dentro dos territórios da UE, evitando os riscos de exclusão social.

Neste contexto, a presente Declaração reafirma os princípios expressos na Resolução aprovada pelo Comité Permanente em abril, que expressa bem as linhas específicas e estratégicas que a CALRE pretende continuar a abordar e monitorizar.

O projeto Europeu atravessa momentos difíceis, mas a CALRE acredita nos seus valores fundamentais e está convicta que agora é a hora de avançar, fortalecer o nosso objetivo comum, trabalhar em parceria e mostrar uma liderança Europeia mais forte a todos os níveis de governança. Um passo importante neste processo é o 60º aniversário do Tratado de Roma, que será celebrado em Roma em 25 de Março de 2017. Essa ocasião pode representar uma oportunidade interessante e desafiante para a CALRE abordar seriamente a questão do regionalismo Europeu como um fator

estratégico para reativar a reconstrução de uma perspectiva Europeia. Ainda referente a este último ponto, a CALRE está também a observar cuidadosamente as “Reflexões sobre a UE” para o roteiro político, como tem sido feito com sucesso no Comité das Regiões e no Parlamento Europeu para prosseguir as suas ideias sobre o futuro das instituições Europeias. Neste contexto, há um interesse emergente em aprofundar o diálogo multinível e a consulta interinstitucional, em particular com o Parlamento Europeu e com o Comité das Regiões sobre “Reflexões sobre a UE” e o futuro das instituições da UE, de modo a incrementar a autoridade e representatividade das regiões da União Europeia.

Nesta medida, deverá ser reforçada a necessidade de incluir representantes dos parlamentos regionais em todas as delegações nacionais no Comité das Regiões.

Intensificação das relações com as principais associações de regionalismo Europeu: os territórios no centro da política Comunitária

Com referência às prioridades do programa da CALRE de 2016, o foco da agenda política da Conferência do ano passado beneficiou da consolidação do diálogo com as instituições da UE a nível Europeu, em particular com o Comité das Regiões.

Desta forma, a CALRE tenciona prosseguir o caminho comum empreendido com as várias formas de representação da vasta gama da vida regional Europeia, a fim de enfrentar o desafio colocado pelo estado actual da União e responder às forças centrífugas ativas na Europa com uma sólida e partilhada visão de colaboração, diálogo partilhado e uma discussão directa, com o objectivo de alcançar posições convergentes relativas a questões comuns de interesse regional e local e, especificamente, sobre as questões susceptíveis de terem efeitos substanciais nas regiões e territórios representados.

Paralelamente, com a convicção da necessidade de continuar a promover actividades da CALRE no plano internacional, a Conferência promove constantemente o desenvolvimento de relações internacionais bem sucedidas e frutíferas com diferentes organizações legislativas não- Europeias, a

fim de favorecer o intercâmbio de boas práticas e experiências relevantes em questões prioritárias de interesse regional através de discussões e diálogos com as nossas regiões.

Conforme afirmou o Papa Francisco, na atribuição do Prémio Carlomagno “*A comunidade dos povos Europeus poderá assim vencer a tentação de recair sobre paradigmas unilaterais e optar por formas de "colonização ideológica". Em vez disso, redescobrirá a amplitude da alma Europeia, nascida do encontro das civilizações e dos povos. A alma da Europa é, de facto, superior às actuais fronteiras da União e é chamada a tornar-se um modelo de novas sínteses e de diálogo. A verdadeira face da Europa não é vista no confronto, mas na riqueza de suas diversas culturas e na beleza de seu compromisso de abertura.*”

O nosso desafio é prosseguir este caminho unidos, continuando a relançar uma posição construtiva que pode realmente constituir uma pedra angular para a construção de uma Europa de povos e de regiões unidos na diversidade, numa relação aberta e contínua com todos os intervenientes institucionais que encontraremos no cenário Europeu. A Europa mais próxima dos seus territórios e cidadãos, com uma democracia representativa fortalecida, como a mais elevada forma de representação popular que encontra a sua expressão principal no trabalho quotidiano dos nossos parlamentos regionais.

Ademais, a interatividade entre cidadãos e representantes deverá ser igualmente realçada.